

ULS - Castelo Branco
Conselho de Administração
Documento nº 75
Acta nº 02



REPÚBLICA PORTUGUESA

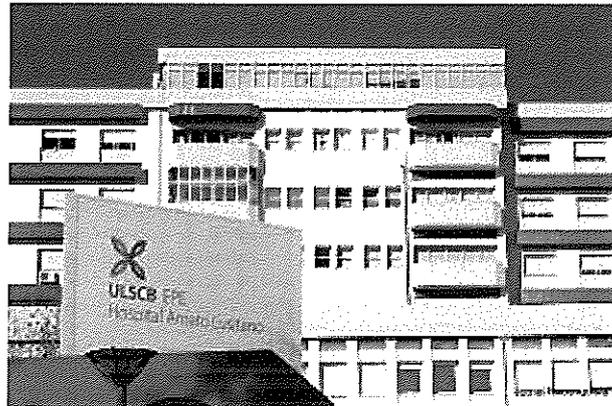
SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde Castelo Branco, EPE



ULS, S.U.B., EPE
de CA em 13/1/2023

[Handwritten signature]

Presidente
Eng. José Nunes

Vogal Executiva - Dir. Clin. Hospitalar
Dra. Maria Eugénia André

Vogal Executivo - Dir. Clin. CSP
Dr. Júlio Ramos

Vogal Executiva
Dra. Tânia Pedro

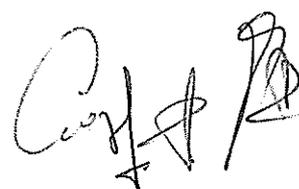
Vogal Executivo - Enf. Diretor
Carlos Almeida, MSc, PhD

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de março de 2022

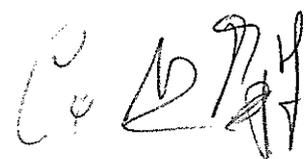
NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de março de 2022, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta do PAO 2022, com a última versão de 31 de agosto/2022, não estando ainda assinado o Acordo-Modificativo para 2022.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021.....	8
A – Gastos e Perdas	8
B – Rendimentos e Ganhos	12
III – Recursos Humanos.....	12
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
Anexo I – Gastos e Perdas.....	18
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	19
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	20
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	20



INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2022, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a proposta apresentada para o Contrato-programa.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2021 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

No ano de 2021 a situação económico-financeira da ULSCB agravou-se face ao ano anterior, com a dívida a alcançar os 31,6 M€ (27,1 M€ em 31/12/2020) e o PMP a fixar-se nos 208 dias (146 dias em 2020), apesar de terem sido atribuídas verbas suplementares para cobertura de prejuízos transitados, para fazermos face ao crescente aumento da dívida, no montante total de 9,33 M€ (3,99 M€ em agosto e 5,34 M€ em dezembro). Adicionalmente, recebemos ainda uma verba de 300 mil euros que se destinou à realização dos investimentos previstos no artigo 275.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, no âmbito da Internalização no SNS de análises clínicas e de exames de endoscopia gastroenterológica.

Para o corrente ano, face aos atrasos decorrentes da não aprovação do orçamento para 2022, manteve-se o mesmo nível de financiamento mensal, que se revelou insuficiente no ano transato. Assim sendo, embora o início do ano seja mais débil em termos de recebimento de faturação, o que origina quase sempre uma redução da dívida face a dezembro do ano anterior, não será difícil de antever que os próximos meses continuarão a revelar este desajustamento entre financiamento e gastos suportados, nomeadamente pelo facto dos gastos com a Covid-19 continuarem a ter um impacto assinalável (cerca de 4 M€ em compromissos em 2021, embora só 3,6 M€ pagos, com os gastos com pessoal estimados a ascenderem aos 3,2 M€), para além dos acréscimos que irão resultar da escalada de preços ao nível da energia e dos combustíveis e que afetarão outros setores de atividade e diminuir ainda mais a capacidade de pagamento por parte dos utentes que recorrem aos serviços de saúde.

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido ascendeu a 4,6 M€ negativos, piorando face ao período homólogo (foi de -2,95 M€), situando-se o EBITDA nos 4,1 M€ negativos (-2,5 M€ em 2020).

Em termos orçamentais/financeiros a cobrança foi ligeiramente inferior ao período homólogo em 0,44% (-82 mil euros) e a despesa paga também diminuiu 1,02% (-191 mil euros), decorrendo do facto da dotação orçamental ser idêntica à do período anterior devido à não aprovação do OE para 2022.

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram o referencial do período (25%) em 1,21% (+1,1 M€), e ao nível dos rendimentos o desvio foi de -2,24% (-1,9 M€).

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Esta análise é efetuada com referência ao orçamento transitório que corresponde ao orçamento inicial de 2021.

Da execução ocorrida nas receitas (quadro infra), resulta uma taxa de cobrança de 24,11% face à dotação corrigida anual, correspondendo a 18,8 M€ cobrados, ficando assim aquém do total do referencial do período (desvio de -695 mil euros), não existindo alterações em termos de dotações face à inicial.

Período: janeiro a março 2022

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	COBRADO do exercício (5)	COBRADO de exercícios anteriores (6)	TOTAL COBRADO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO TRIMESTRAL (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
RECEITAS														
	<i>Receitas Correntes</i>		77 310 910	77 310 910	0,00%	0	19 327 728	18 817 461	24,34%	18 760 692	47 672	18 808 364	-519 364	24,33%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	715 222	715 222	0,00%	0	178 806	267 359	37,38%	260 495	8 665	269 160	90 355	37,63%
06	Transferências correntes	413	1 974 785	1 974 785	0,00%	0	493 696	60 565	3,07%	60 565	0	60 565	-433 131	3,07%
06	Transferências correntes	541	102 900	102 900	0,00%	0	25 725	8 122	7,89%	8 122	0	8 122	-17 603	7,89%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	348 492	348 492	0,00%	0	87 123	0	0,00%	0	0	0	-87 123	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	91 188	91 188	0,00%	0	22 797	0	0,00%	0	0	0	-22 797	0,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	73 524 027	73 524 027	0,00%	0	18 381 007	18 388 274	25,01%	18 381 007	0	18 381 007	0	25,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	418 599	418 599	0,00%	0	104 650	66 988	16,00%	27 515	38 592	66 107	-38 543	15,79%
08	Outras receitas correntes	513	135 697	135 697	0,00%	0	33 924	26 153	19,27%	22 988	415	23 403	-10 521	17,25%
	<i>Receitas de Capital</i>		701 100	701 100	0,00%	0	175 275	0	0,00%	0	0	0	-175 275	0,00%
12	Passivos financeiros	432	701 100	701 100	0,00%	0	175 275	0	0,00%	0	0	0	-175 275	0,00%
	<i>Total Receitas</i>		78 012 010	78 012 010	0,00%	0	19 503 003	18 817 461	24,12%	18 760 692	47 672	18 808 364	-694 639	24,11%

Assim, ao nível das receitas correntes, a execução foi de 24,33%, com a fonte de financiamento (FF) 511 a corresponder ao valor previsto para o período. Quanto à FF 513, relativa a receita própria, temos uma execução acima do previsto em "taxas, multas e outras penalidades", atingindo os 37,63% (+90 mil euros face à dotação trimestral), fruto de termos retomado a cobrança de taxas moderadoras em dívida através do SITAM da SPMS.

Nas demais rubricas e FF a execução foi baixa ou nula, nomeadamente nas relacionadas com projetos cofinanciados (FF 361, 362 e 413) onde apenas a FF 413 apresenta uma ligeira execução de 3,07%

(correspondente a 61 mil euros), estando em curso os projetos de Remodelação do HAL, POSEUR e SAMA.

De salientar ainda a reduzida execução na FF 541, que respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente, e abaixo do expectável no que se reporta à FF 513 (cap. 07 e 08).

Quanto às receitas de capital, a verba inscrita respeita à componente cofinanciada do projeto POSEUR (FF 432), sem qualquer execução neste período devido aos atrasos na obra já adjudicada.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução global foi de 23,83%, portanto inferior às receitas. Contudo, se confrontadas com a dotação trimestral teórica (que exclui os subsídios de férias e de Natal, bem como os respetivos encargos), as despesas pagas foram superiores ao referencial em 378 mil euros, essencialmente devido aos gastos da FF 511 (pessoal e aquisições de bens e serviços).

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) apresenta uma execução de 24,01% face à dotação atual. No entanto, neste período não existem subsídios pagos, pelo que excluindo da dotação trimestral os referidos subsídios, temos uma execução superior em 799 mil euros face a esse referencial. Tratando-se, ainda assim, de uma dotação provisória, a situação deverá melhorar com a aprovação do OE para 2022, já que estão previstos mais 2,1 M€ para este agrupamento.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL(2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	DOTAÇÃO DO PERÍODO (3)	COMPRON. ASSUMIDOS (4)	TAXA EXECUÇÃO relativa (4/2)	PAGO do exercício (5)	PAGO de exercícios anteriores (6)	TOTAL PAGO (7)	DESVIO DA EXECUÇÃO TRIMESTRAL (7) - (3)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (7/2)
DESPESAS														
<i>Despesas Correntes</i>			74 095 027	74 095 027	0,00%	0	17 233 339	54 027 395	72,92%	11 434 763	6 952 340	18 387 103	1 153 764	24,82%
01	Despesas com pessoal	511	49 804 835	49 804 835	0,00%	0	11 160 791	14 687 341	29,49%	10 221 578	1 738 347	11 959 925	799 134	24,01%
02	Aquisições de bens e serviços	511	23 510 417	23 510 417	0,00%	0	5 877 604	38 985 002	165,82%	1 050 419	5 193 576	6 243 995	366 391	26,56%
02	Aquisições de bens e serviços	513	520 474	517 674	-0,54%	-2 800	129 419	305 874	59,09%	121 976	16 127	138 103	8 685	26,68%
02	Aquisições de bens e serviços	541	102 900	102 900	0,00%	0	25 725	0	0,00%	0	0	0	-25 725	0,00%
03	Juros e outros encargos	511	6 225	6 225	0,00%	0	1 556	5 424	87,13%	0	4 290	4 290	2 734	68,92%
03	Juros e outros encargos	513	6 344	31 060	389,60%	24 716	7 765	28 107	90,49%	29 214	0	29 214	21 449	94,06%
06	Outras despesas correntes	511	100 400	100 400	0,00%	0	25 100	1 570	1,56%	1 570	0	1 570	-23 530	1,56%
06	Outras despesas correntes	513	43 432	21 516	-50,46%	-21 916	5 379	14 077	65,43%	10 006	0	10 006	4 627	46,50%
<i>Despesas de Capital</i>			3 916 983	3 916 983	0,00%	0	979 246	1 088 731	27,80%	4 399	198 915	203 314	-775 932	5,19%
07	Aquisição de bens de capital	361	348 492	348 492	0,00%	0	87 123	0	0,00%	0	0	0	-87 123	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	91 188	91 188	0,00%	0	22 797	0	0,00%	0	0	0	-22 797	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	1 974 785	1 974 785	0,00%	0	493 696	60 565	3,07%	0	60 565	60 565	-433 131	3,07%
07	Aquisição de bens de capital	432	701 100	701 100	0,00%	0	175 275	0	0,00%	0	0	0	-175 275	0,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	102 150	102 150	0,00%	0	25 538	797 523	780,74%	377	53 823	54 200	28 663	53,06%
07	Aquisição de bens de capital	513	699 268	699 268	0,00%	0	174 817	230 643	32,98%	4 022	84 527	88 549	-86 268	12,66%
Total Despesas			78 012 010	78 012 010	0,00%	0	18 212 585	55 116 126	70,65%	11 439 162	7 151 255	18 590 417	377 833	23,83%

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), estão contabilizados 29,8 M€ de compromissos relacionados com faturação que ficou por pagar de anos anteriores. Isto é, apenas 10 M€ respeitam à execução de 2022, sendo ainda assim um montante assinalável quando confrontado com a dotação total que é fortemente deficitária face às reais necessidades da ULSCB, tal como foi mencionado na memória justificativa da proposta submetida a aprovação do MF e que, após a sua entrada em vigor, permitirá um reforço deste agrupamento em cerca de 1,2 M€.

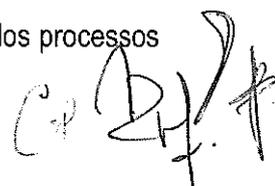
O peso dos encargos de anos anteriores constitui uma limitação que não tem sido possível resolver ao nível do financiamento, impossibilitando por esse facto o cumprimento integral da LCPA e sendo um entrave ao nível da gestão corrente, obrigando à assunção de compromissos sem disponibilidade orçamental, única forma de conseguirmos manter em funcionamento a atividade assistencial da ULSCB. Em relação a pagamentos, as aquisições de bens e serviços, considerando todas as FF, já ultrapassam em cerca de 350 mil euros a dotação teórica do período.

Quanto ao agrupamento 03, a taxa de execução também já está bastante elevada e muito acima do referencial do trimestre (+24 mil euros no somatório das FF), resultando dos encargos pagos aos SPMS pelo processo de recuperação de taxas moderadoras em dívida através do SITAM (cerca de 28 mil euros). No que respeita ao agrupamento 06, embora a FF 513 apresente uma execução elevada (46,5%), tal não constitui motivo de preocupação pelo facto da FF 511 ter uma dotação inicial superior e da sua execução ser muito reduzida nesta fase (1,56%).

Passando à análise das despesas de capital, verifica-se, tal como referido nas receitas, que estas FF evidenciam uma execução muito baixa ou nula, sendo que globalmente não vai além dos 5,19%. Tal se deve, como já mencionado, à fraca execução ao nível dos projetos de investimento em curso.

Resumidamente, face ao orçamento transitório em vigor neste período, algumas dotações já apresentam insuficiência de dotação disponível se atendermos ao valor estimado para este trimestre, situação que deverá ainda assim melhorar com a entrada em vigor do OE 2022 relativamente ao agrupamento 01, mas continuará aquém do necessário para o agrupamento 02 pelo facto do orçamento não ter permitido acomodar a totalidade da despesa que prevíamos devido às limitações existentes no que respeita ao financiamento. Ao nível da receita própria, a dispensa de pagamento de taxas moderadoras na generalidade das prestações de saúde, à exceção de algumas taxas de saúde pública e sanitárias nos CSP e do serviço de urgência sem referenciação nos serviços hospitalares, levará a uma quebra acentuada de liquidações e de cobrança, situação que deverá ser mais notória no decorrer dos próximos meses e que terá de ser compensada ao nível do Contrato-programa, sob pena de vermos agravar-se o desequilíbrio entre rendimentos e gastos.

De referir, adicionalmente, que a existência de dívidas de anos anteriores absorve logo à partida entre 35 a 40% da dotação do exercício, o que causa sérios problemas ao nível da cabimentação dos processos



de aquisição e no cumprimento da LCPA, já que os fundos disponíveis são insuficientes para a totalidade dos compromissos que prevemos assumir na gerência. Trata-se de uma questão recorrente nos últimos anos, e embora se apresente estas dificuldades junto da tutela mensalmente, apenas pontualmente são atribuídas verbas adicionais para cobertura de prejuízos que apenas têm permitido reequilibrar o orçamento do ano, sem contudo possibilitar uma redução significativa da dívida.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução não varia consideravelmente face ao exercício de 2021, com a redução da cobrança a refletir-se também ao nível da despesa paga.

As liquidações também apresentam uma pequena redução em comparação com 2021, embora ainda não seja motivado pela questão das taxas moderadoras já mencionada anteriormente, estando essa diminuição relacionada com a menor execução ao nível dos projetos cofinanciados em 2022. Tal também se reflete nos compromissos, com uma diminuição de 1,7 M€ nas despesas de capital comparativamente ao ano anterior. Globalmente os compromissos recuam 2,21% (-1,3 M€), já que as despesas correntes cresceram cerca de 450 mil euros.

Descrição	2021	2022	variação	%
Receitas				
- Liquidações	18 930 252	18 817 461	-112 791	-0,60%
- Cobrança	18 890 817	18 808 364	-82 453	-0,44%
Despesas				
- Compromissos	56 364 105	55 116 126	-1 247 979	-2,21%
- Pagamentos	18 781 272	18 590 417	-190 855	-1,02%

II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2021

A – Gastos e Perdas

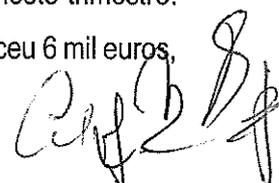
Globalmente, a execução superou a dotação prevista em 1,21% (Anexo I), correspondendo a encargos superiores em 1,1 M€ face ao referencial estimado do período.

Os desvios positivos mais significativos verificaram-se nos fornecimentos e serviços externos (+4,02% / +975 mil euros no período), incidindo na maioria das rubricas, em virtude da previsão total estar abaixo dos gastos efetivamente esperados face à realidade atual e que não foi considerada, nem era previsível, aquando da elaboração dos instrumentos previsionais para 2022 que já impunham limites ao crescimento dos gastos (Despacho Finanças e Saúde de 26 e 27/10/2021).

Em termos homólogos (Anexo II), o aumento total registado foi de 7,54%, destacando-se uma vez mais os fornecimentos e serviços externos com um incremento de 28,12% (+1,5 M€), embora tenham sido registadas previsões num total de 1,99 M€ (975 mil euros nos subcontratos e 1 M€ nos restantes fornecimentos e serviços) baseadas na média da faturação do ano anterior, correspondendo a 28% do total dos gastos registados nestas rubricas. Por se tratar de elementos com um grande volume de previsões e de muita imprevisibilidade, existe sempre um grau de incerteza elevado quanto à sua evolução, tanto mais com o efeito pandemia que acaba por dificultar esse tipo de análise devido às diferenças existentes entre meses homólogos no que respeita a medidas em vigor que influenciaram, de alguma forma, a atividade ocorrida. Também agora com a crise global instalada e com graves repercussões ao nível dos combustíveis e da energia, são esperadas dificuldades adicionais para os próximos tempos, não se sabendo até que ponto a atividade será afetada. Pelo que, torna-se prematuro nesta data fazer projeções até para o curto/médio prazo. Ainda assim, e com base nos dados registados, os subcontratos cresceram 32,31% (+714 mil euros), com aumentos na maioria das rubricas, sendo mais acentuados nos meios complementares de diagnóstico (+29,04% / +289 mil euros) onde a patologia clínica cresceu 30,54% (+164 mil euros), e nos meios complementares de terapêutica (+25,02% / +268 mil euros) com a hemodiálise a aumentar 22,4% (+144 mil euros).

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, a situação mais problemática nesta fase verifica-se ao nível da energia e dos combustíveis, com um acréscimo de 118,67% (+374 mil euros) face ao período homólogo, registando-se aumentos superiores a 280% no custo de aquisição, pelo que as próximas semanas ou meses irão trazer uma subida acentuada dos gastos caso se mantenha ou acentue a atual pressão dos preços destas matérias. Temos ainda os habituais incrementos nos serviços especializados que registam um crescimento de 12,35% (+265 mil euros), devido essencialmente às rubricas de estudos e projetos onde temos nomeadamente um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil euros, para a ampliação da unidade de cuidados intensivos, para além do habitual aumento nas prestações de serviços médicos (+6% / +46 mil euros) por forma a mantermos em funcionamento diversas valências e serviços (urgência, anestesiologia, obstetrícia, entre outras).

Ao nível do CMVMC, o desvio face ao orçamento anual foi de 1,61% (+182 mil euros em relação ao orçamento mensualizado (OM)), destacando--se aqui os medicamentos (+2,17% / +125 mil euros face ao OM) e os reagentes e outros produtos farmacêuticos (+6,57% / +108 mil euros em relação ao OM). Em relação ao não anterior, verifica-se uma variação positiva de 6,77% (+190 mil euros), com o acréscimo mais acentuado a incidir nos gastos com medicamentos (+16,9% / +226 mil euros), havendo uma redução de 11,21% (-106 mil euros) no material de consumo clínico devido à diminuição de consumos ao nível de algum material Covid. Em reagentes e outros produtos farmacêuticos também se registou um aumento (+17,35% / +77 mil euros) devido ao elevado volume de testes SARS-CoV-2 realizados neste trimestre. Nos restantes armazéns, enquanto no material de consumo administrativo o consumo cresceu 6 mil euros,



tivemos reduções no consumo hoteleiro (-7 mil euros), devido ao facto de em 2021 ter havido um consumo muito elevado neste período devido à pandemia, e no material de manutenção e conservação (-6 mil euros).

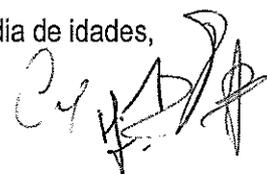
De realçar que o consumo de medicamentos de cedência gratuita com suporte legal em ambulatório representou neste período cerca de 54% do consumo total e tem maior incidência nas áreas de autoimunes, oncologia, hemofílicos e esclerose múltipla. Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.

Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente. Alargaremos, igualmente, a um maior número de serviços, os armazéns avançados e ajustaremos alguns níveis de reposição de stocks.

No que respeita a gastos com pessoal, o desvio global face ao orçamento anual foi de apenas 0,36% (+186 mil euros face ao OM), ressaltando aqui o facto de, contrariamente à análise à execução orçamental onde na dotação excluimos os gastos com os subsídios de férias e de Natal, aqui tal não sucede visto existir uma especialização mensal nessas rubricas. Em relação ao período homólogo, o montante processado ficou abaixo do verificado no ano anterior (-0,99% / -133 mil euros), impulsionado pelo decréscimo nos abonos variáveis e eventuais (-10,9% / -301 mil euros), com o trabalho extraordinário a diminuir 14,75% (-256 mil euros) devido à redução do impacto da pandemia e ao fecho dos centros de vacinação, mas, em sentido inverso, as remunerações certas e permanentes cresceram 1,34% (+107 mil euros) devido à entrada de mais 29 colaboradores face ao período homólogo, à atualização da tabela salarial dos TSDT e ao pagamento de retroativos do SIADAP. Teremos de aguardar pela evolução dos próximos meses para sabermos se esta tendência veio para se manter, sendo certo que teremos de limitar ao máximo as admissões de novos colaboradores no intuito de conseguirmos controlar o crescimento ocorrido desde o início da pandemia.

De assinalar também que, no âmbito da pandemia, estimaram-se gastos na ordem dos 281 mil euros no período, na medida 095, conforme consta do reporte efetuado junto da DGO.

Adicionalmente, de referir que continuamos a ter uma forte incidência de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais, atendendo à forte taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades,



com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (804 mil euros pagos¹ a prestadores médicos até março de 2022, correspondendo a 23.188 horas, contra os 504 mil euros pagos no ano anterior referentes a 15.267 horas, embora grande parte do acréscimo resulte do facto de não termos conseguido pagar, em dezembro de 2021, a totalidade da faturação que seria normal liquidar, caso tivéssemos verba disponível para o efeito).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os gastos de depreciação e de amortização são os que se destacam pelo desvio positivo mais expressivo (+1,58% / +28 mil euros face ao OM), com as perdas por imparidade e as provisões a não apresentarem gastos nesta fase por não serem objeto de especialização mensal. Face ao período homólogo, as amortizações cresceram 10,91% (+46 mil euros), mantendo-se a especialização mensal da previsão de amortizações relativamente aos bens adquiridos após janeiro de 2016, num total de 286 mil euros neste período, por ainda estar pendente de finalização o processo de integração/inventariação, e nos gastos e perdas por juros e outros encargos, o aumento de 26 mil euros advém dos encargos pagos aos SPMS no processo de recuperação de taxas em dívida.

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 9 do art.º 144.º do DL 53/2022, de 12 de agosto - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	1T 2022 Exec.	1T 2021 Exec.	2020/2021	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	12 093 392 €	12 526 873 €	-433 481 €	-3,46%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	430 215 €	19 879 €	410 336 €	2064,17%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	697 504 €	807 126 €	-109 622 €	-13,58%
Gastos com Deslocações (FSE)	24 163 €	18 761 €	5 402 €	28,80%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento(G c/ Pessoal)	15 891 €	16 214 €	-323 €	-1,99%
Gastos associados à frota automóvel	75 569 €	45 199 €	30 370 €	67,19%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	138 394 €	25 858 €	112 535 €	435,20%
Número Total de RH (OS + CD +Trabalhadores)	1491	1461	30	2,05%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	8	0	0,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1482	1452	30	2,07%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1482	1452	30	2,07%
N.º de viaturas	47	47	0	0,00%

- Redução dos gastos com pessoal atendendo ao impacto decorrente da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei 42/2016 e às valorizações remuneratórias;
- Quanto aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam um crescimento, mais significativo na frota automóvel onde temos um aumento de encargos com o SUCH (no primeiro trimestre de 2021 houve menos um mês de faturação de aluguer de serviços de transporte, situação regularizada posteriormente, já que não houve aumento real de encargos), com a manutenção (+7,5 mil euros, embora parte respeite ainda a intervenções realizadas no ano

anterior), para além dos combustíveis que cresceram exponencialmente em comparação com o ano transato (na ordem dos 24% na gasolina e 38% no gasóleo, com referência a março de cada ano). Quanto à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se um acréscimo de 112 mil euros face a 2020, justificado pela existência de um estudo elaborado pelo SUCH, no montante de 114 mil euros, para a ampliação da unidade de cuidados intensivos

B – Rendimentos e Ganhos

Confrontada com o orçamento anual (anexo III), a execução ficou 2,24% aquém do esperado, o que se traduziu num desvio de -1,9 M€ em relação ao OM.

Em termos de Contrato-programa, considerando todas as rubricas que compõem o mesmo, a execução face ao orçamento anual foi de 22,86%, o que representa um desvio de -1,7 M€ em termos de OM.

Em relação às taxas moderadoras, a execução foi bastante positiva (48,39% em termos anuais), correspondendo a mais 219 mil euros face ao OM. No entanto esta realidade deverá ser bem diferente no restante exercício, como veremos de seguida.

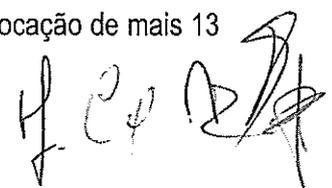
Em termos homólogos (anexo IV), os rendimentos evidenciam um acréscimo quase nulo de 0,02% (+4 mil euros), já considerando a especialização do Contrato-programa e os incentivos institucionais.

Ao nível do Contrato-programa regista-se uma redução de 127 mil euros (-0,68%) face a março de 2021, considerando todas as prestações (incentivos, valor capitolacional e internos).

No que se refere a taxas moderadoras, manteve-se a tendência de crescimento iniciada no ano anterior após termos retomado a cobrança das dívidas através do SITAM, situação que no corrente ano pretendemos intensificar (com uma periodicidade de envio trimestral) no intuito de conseguirmos incrementar as receitas próprias, a par de um reforço da cobrança imediata sempre que possível, tendo já decorrido a primeira dessas fases de recuperação de dívida com uma cobrança que atingiu os 200 mil euros. Contudo, e tal como referido na nota introdutória, a menor capacidade de os utentes pagarem as suas dívidas nos próximos meses poderá comprometer o nosso objetivo de aumento da cobrança, a par de um atraso ao nível operacional por parte dos SPMS que nos obrigou a protelar o envio que estava previsto para o início do mês de março.

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o período em análise e relativamente ao 1º trimestre do ano de 2022, continuou com ligeira curva ascendente. Relativamente ao mês de dezembro do ano de 2021, regista-se uma leve tendência de subida, embora sem expressão. O registo de subida mais substancial decorre da colocação de médicos do internato da especialidade com a colocação de mais 13



elementos. Ainda assim, e relativamente a dezembro de 2020, continuaram a verificar-se em praticamente todas as carreiras pequenas variações de subida.

O aumento de profissionais de saúde nestas carreiras ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços, tendo também expressão o facto de corresponder a legislação entretanto publicada em algumas carreiras com a criação de novos lugares no mapa de pessoal, alguns deles a extinguir logo que vagos.

As obrigações assistenciais obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia COVID-19, criaram a necessidade de procedimentos que houve necessidade de manter, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais, e precaver um eventual recrudescer no outono da pandemia.

Consequentemente, a nova organização criada, implicou a aplicação de uma gestão reforçada, mais abrangente e participada a diferentes níveis e carreiras, bem como, patamares de execução. Determinou a necessidade e reforço da limpeza e desinfeção das áreas de isolamento, superfícies e áreas de atendimento dos doentes, corredores e espaços dedicados, bem como, desinfeção assídua dos equipamentos, materiais e espaços da ULSCB e, motivou ainda, a necessidade de descontaminação de material e equipamento e manuseamento seguro da roupa, e recolha segura dos resíduos.

Toda a contratação de novos trabalhadores, a afetação e a reorganização necessária dos recursos humanos, teve como origem, além da situação de pandemia COVID-19, diversos outros constrangimentos, nomeadamente, o absentismo, a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47 anos) e a idade média mais elevada (60,1 anos) em alguns grupos profissionais, onde se verifica elevada taxa de absentismo com propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referencia a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

Acresce que o hospital inserido na ULSCB teve necessidade de expandir pelo que foi edificado um novo edifício no perímetro exterior do hospital, para albergar o serviço de consulta externa e outros serviços de apoio e complementares. Esta estrutura implicou que fossem revistas as dotações de recursos humanos de forma a poder alocar profissionais em número suficiente para funcionamento da nova estrutura de saúde, que importa uma volumetria considerável e um muito maior número de espaços e gabinetes de atendimento.





UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
(1º TRIMESTRE)
PESSOAL ACTIVO EM 31.03.2022 - 1.488 trabalhadores

01.01.2022 a 31.03.2022 - Dias Úteis

GRUPOS PROFissionais	PESSOAL ACTIVO	CASAMENTO (1)	PARENTALIDADE (2)	FALCIMENTO O. FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACCIDENTE TRABALH. (5)	ASSIST. FAMILIAR (6)	TRAB. ESTUDANTE (7)	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (8)	GREVE (11)	INSTRUMENTADA S. (12)	ACT. SINDICAL (14)	ADM. GRATUITA / FORMAÇÃO (15)	OUTRAS (16)	TOTAL DIAS DE ABSENÇA	Média Faltas		% SI TOTAL FALTAS ULSCB
																MÉDIA DIAS FALTAS CARREIRA	MÉDIA DIAS FALTAS TRABALH.	
Pessoal Médico (inclui Internos)	227		327	14	756		81						438	35	1.651	7,27	1,11	21,08%
Técnico Superior de Saúde	19			7	121		20						2		150	7,89	0,10	1,92%
Pessoal de Enfermagem	542		808	32	1.530	1	237	24				2	32	80	2.815	5,20	1,89	35,96%
TSOT	102		249	6	353		52	5					8	13	686	6,73	0,46	8,76%
Pessoal de Informática	12				53		10					5		1	69	5,75	0,05	0,88%
Pessoal Docente	1														0	0,00	0,00	0,00%
Pessoal Dirigente (inclui J. e. S. S. S.)	6														0	0,00	0,00	0,00%
Assistente Técnico	187		28	16	602	21	135						3	40	845	4,52	0,57	10,79%
Assistente Operacional	358		178	11	1.189	9	83						3	31	1.484	4,15	1,00	18,95%
Técnico Superior (TSC)	34		30	5	61		28						5	1	130	3,82	0,09	1,66%
TOTALS	1.488	0	1.710	91	4.655	31	626	29	0	0	0	7	481	181	7.631	5,26	5,26	100,00%
MÉDIA DIAS/TRAB.		0,00	1,15	0,06	3,14	0,02	0,42	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,12	5,26			
Média % (227 dias de Trab. em 2021)	337.776	0,00	0,51	0,03	1,38	0,01	0,19	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,05	2,32	Absentismo		

(*) Outras = Doação de sangue, Juri, Serv. oficiais, Cumprimento de obrigações, Meses eletrônicos, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Int. Médico, Dispersas e s/ efeitos remuneratórios

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 1º Trimestre de 2021/2022

SRH

MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB

1º TRIM

Carreira/Categoria	TOTAL GERAL 2021			TOTAL GERAL 2022			TOTAL GERAL ≠ 2021 / 2022			≠ 22 / 22		≠ 22 / 22	
	janeiro	fevereiro	março	janeiro	fevereiro	março	janeiro	fevereiro	março	jan/mar	fev/mar		
Conselho Administração	3	3	5	5	5	5	2	2	0	0	0		
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0		
Méd. Especialistas	156	155	154	153	153	151	-3	-2	-3	-2	-2		
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0		
Méd. HM - Formação Especif.	46	45	45	51	51	51	5	6	6	0	0		
Méd. HM - Formação Geral	33	32	32	25	25	24	-8	-7	-8	-1	-1		
Téc. Superior Saúde	18	18	18	18	18	18	0	0	0	0	0		
Téc. Superior	27	27	28	34	34	34	7	7	6	0	0		
Enfermagem	526	528	529	533	533	533	7	5	4	0	0		
Téc. Diag. Terapêutica	95	97	96	98	98	98	3	1	2	0	0		
Informática	11	11	11	12	12	12	1	1	1	0	0		
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0		
Assistente Técnico	173	172	171	186	186	186	13	14	15	0	0		
Assistente Operacional	353	357	351	355	357	357	2	0	6	2	0		
TOTAL - Efetividade funções Mapa	1444	1448	1443	1473	1475	1472	29	27	29	-1	-3		
Pessoal fora da ULSCB	20	20	20	16	16	15	-4	-4	-5	-1	-1		
Pessoal Dentro de Out. Inst.	14	15	15	17	17	16	3	2	1	-1	-1		
TOTAL GERAL ULSCB	1478	1483	1478	1506	1508	1503	28	25	25	-3	-5		

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2021 para o 1º Trimestre de 2022

SRH MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB							
TOTAL GERAL 2022							
Carreira/Categoria	dez/21	jan	± jan-dez 2021	fev	± fev-jan	mar	± m ar-fev
Conselho Administração	5	5	0	5	0	5	0
Administrador Hospitalar	1	1	0	1	0	1	0
Méd. Especialistas	153	153	0	153	0	151	-2
Méd. Grau Especialista	1	1	0	1	0	1	0
Méd. IIM - Formação Especif.	38	51	13	51	0	51	0
Méd. IIM - Formação Geral	26	25	-1	25	0	24	-1
Téc. Superior Saúde	18	18	0	18	0	18	0
Téc. Superior	31	34	3	34	0	34	0
Enfermagem	529	533	4	533	0	533	0
Téc. Diag. Terapêutica	100	98	-2	98	0	98	0
Informática	12	12	0	12	0	12	0
Educadora Infantil	1	1	0	1	0	1	0
Assistente Técnico	183	189	3	188	0	188	0
Assistente Operacional	353	355	2	357	2	357	0
TOTAL - Bebidade funções	1451	1473	22	1475	2	1472	-3
Pessoal fora da ULSCB	15	16	1	16	0	15	-1
Pessoal Dentro de Out. Inst. *	16	17	1	17	0	16	-1
TOTAL GERAL ULSCB	1482	1489	7	1491	2	1487	-4

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 31/03/2022 fixou-se nos 33,2 M€, contra os 27,6 M€ que se registavam em 31/03/2021. Os pagamentos em atraso correspondem a 16,5 M€, não existindo liquidez para impedir o seu crescimento.
- Em termos homólogos, a dívida cresceu 5,6 M€ e os pagamentos em atraso 3,7 M€, refletindo-se desta forma no prazo médio de pagamento que chegou aos 216 dias no final do período, contra os 160 dias do período homólogo, com uma antiguidade que, nalguns fornecedores, já supera os 12 meses.
- Esta evolução ascendente da dívida, que já tem largos meses, já fazia antever um aumento da pressão por parte dos fornecedores, que apenas diminuiu ligeiramente nos períodos de 2021 em que foram recebidas verbas suplementares que nos permitiram reduzir a dívida. Excluindo esses momentos pontuais, os restantes meses têm sido de constante sufoco devido aos compromissos que somos obrigados a cumprir no intuito de não vermos comprometidos os fornecimentos e serviços indispensáveis à manutenção da normal atividade (prestadores médicos, transportes de doentes, incluindo hemodiálise, consumíveis no âmbito da Covid, sistema de pagamentos a convencionados, manutenção de equipamentos e softwares, segurança, limpeza, eletricidade, água, gás, seguros, entre outros exemplos), impossibilitando assim que as obrigações mais antigas ainda em dívida possam ser pagas às empresas menos pressionantes e que têm para já, maioritariamente, perdoado o débito de juros de mora. Nos meses de incidência dos subsídios de férias e de Natal a situação fica ainda mais

H. Coy



crítica, por não existir folga de tesouraria mensalmente que nos permita antecipar a quebra de pagamentos que ocorre nesses meses do ano.

- Acresce ainda referir que as ULS têm responsabilidades que não se circunscrevem apenas à área hospitalar e, desde o início da pandemia, os gastos originados nos cuidados de saúde primários também cresceram substancialmente, devido às obrigações e orientações da Tutela, nomeadamente gastos relacionados com a vacinação (horas extraordinárias), testagem, recuperação da atividade, aumento dos cuidados respiratórios domiciliários, entre outras situações que não se verificam nos centros hospitalares.
- Assim, será necessária uma reavaliação do financiamento da ULSCB a curto prazo, considerando já a evolução dos gastos que serão afetados pelo agravamento dos preços da energia e dos combustíveis, no intuito de aliviarmos a pressão que tem sido exercida pelos fornecedores e instituições financeiras (factoring), sob pena de cortes nos fornecimentos de bens e nas manutenções programadas, pondo em causa o normal funcionamento de equipamentos e a saúde dos doentes (alguns fornecedores exigem o pagamento de faturas vencidas, mas não consideradas em atraso, para a realização das manutenções ou dos fornecimentos). Será ainda necessário resolver o problema da dívida crónica que, ano após ano, nos absorve cerca de 35/40% dos compromissos do ano.
- De referir ainda que 5,6 M€ da dívida total correspondem a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), cresceu 13 dias face ao período homólogo (+26,53%), já que existiu aumento da conta de clientes (+2,6 M€), mantendo-se quase inalterado o volume de negócios (-11 mil euros).

Período: janeiro a março u.m.: euro

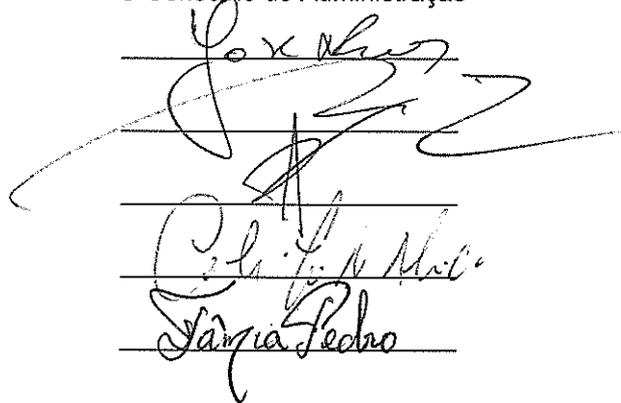
	2021	2022	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	27 601 562	33 181 730	5 580 167	20,22%
Dívida vincenda	6 249 095	7 244 688	995 593	15,93%
Dívida vencida	21 352 467	25 937 041	4 584 574	21,47%
Pagamentos em atraso	12 797 287	16 516 162	3 718 875	29,06%
PMP ponderado (dias)	160	216	56	35,00%
PMR (dias)	48	60	13	26,53%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, tal como já seria expectável, a situação económico-financeira continuou a deteriorar-se face ao ano transato, com os gastos com fornecimentos e serviços externos a apresentarem maiores níveis de crescimento, tanto em termos de subcontratos, como nos serviços especializados e na energia e fluídos, e com os rendimentos a estagnarem por força da não aprovação do Orçamento de Estado.
- Sem a resolução do problema estrutural de desadequação entre gastos e rendimentos e consequentemente do pagamento da dívida acumulada, os próximos meses continuarão a ser problemáticos, sendo difícil conseguirmos diminuir gastos a curto prazo, embora tenham de ser feitos alguns ajustamentos no sentido de evitarmos estrangulamentos que, nalguns casos, podem comprometer o normal funcionamento da instituição devido à antiguidade da dívida, com prazos incomportáveis para alguns fornecedores.

Castelo Branco, 19 de outubro de 2022

O Conselho de Administração



The image shows three handwritten signatures on horizontal lines. The top signature is the most prominent and appears to be 'Joaquim'. The middle signature is partially obscured by a large, sweeping stroke that extends across the lines. The bottom signature is clearly legible and reads 'Sílvia Pedro'.



A handwritten signature in the bottom right corner of the page, consisting of stylized initials and a surname.

Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/03/2022

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 31/03/2022 (3)	Execução Relativa Anual (3) / (1)	Execução Absoluta Mensualizada (3) - (2)	Dotação Disponível
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:						
61241	Produtos farmacêuticos	7 402 190	1 850 548	2 083 487	28,15%	232 939	5 318 703
612411	Medicamentos	5 758 637	1 439 659	1 564 554	27,17%	124 894	4 194 083
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 643 553	410 888	518 933	31,57%	108 045	1 124 620
61242	Material de consumo clínico	3 580 194	895 049	837 766	23,40%	-57 282	2 742 428
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	899	225	298	33,14%	73	601
61243	Material consumo hoteleiro	112 780	28 195	20 657	18,32%	-7 538	92 123
61244	Material consumo administrativo	80 536	20 134	30 432	37,79%	10 298	50 104
61245	Material manutenção/conservação	97 354	24 339	27 458	28,20%	3 120	69 896
61249	Outro material de consumo	43	11	0	0,00%	-11	43
	Total da conta 61	11 273 996	2 818 499	3 000 099	26,61%	181 600	8 273 897
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:						
621	Subcontratos e concessões de serviços						
62111	Meios complementares diagnóstico	4 495 056	1 123 764	1 285 568	28,60%	161 804	3 209 488
62112	Meios complementares terapêutica	4 701 640	1 175 410	1 338 701	28,47%	163 291	3 362 939
62113	Produtos vendidos p/farmácias	37	9	11	29,73%	2	26
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	1 757	439	0	0,00%	-439	1 757
62115	Internamentos	764 991	191 248	242 048	31,64%	50 800	522 943
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		0	
62119	Outros subcontratos	195 463	48 866	55 511	28,40%	6 646	139 952
622	Serviços especializados	8 536 981	2 134 245	2 406 518	28,19%	272 273	6 130 463
623	Materiais de consumo	61 824	15 456	19 796	32,02%	4 340	42 028
624	Energia e fluídos	2 161 527	540 382	689 439	31,90%	149 057	1 472 088
625	Deslocações, estadas e transportes	2 319 928	579 982	670 469	28,90%	90 487	1 649 459
626	Serviços diversos	985 024	246 256	322 791	32,77%	76 535	662 233
	Total da conta 62	24 224 228	6 056 057	7 030 853	29,02%	974 796	17 193 375
63	GASTOS COM O PESSOAL						
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	318 178	79 545	91 776	28,84%	12 232	226 402
632	Remunerações do pessoal	41 727 619	10 431 905	10 573 350	25,34%	141 445	31 154 269
6321	Remunerações certas e permanentes	31 843 787	7 960 947	8 113 686	25,48%	152 740	29 730 101
63211	Remuneração base	25 943 410	6 485 853	6 616 325	25,50%	130 472	19 327 085
63212	Subsídio de férias	2 163 384	540 846	576 499	26,65%	35 653	1 586 885
63213	Subsídio de Natal	2 181 134	545 284	511 708	23,46%	-33 575	1 669 426
63215	Subsídio de refeição	1 505 920	376 480	374 508	24,87%	-1 972	1 131 412
6321xx	Outros	49 939	12 485	34 647	69,38%	22 162	15 292
6322	Abonos variáveis e eventuais	9 883 832	2 470 958	2 459 664	24,89%	-11 294	7 424 168
632204	Trabalho extraordinário	6 054 766	1 513 692	1 482 317	24,48%	-31 375	4 572 449
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2 013 568	503 392	513 274	25,49%	9 882	1 500 294
6322xxx	Outros	1 815 498	453 875	464 073	25,56%	10 198	1 351 425
633	Benefícios pós-emprego	1 262	316	313	24,79%	-3	949
634	Indemnizações	4 615	1 154	1 258	27,26%	104	3 357
635	Encargos sobre remunerações	9 681 928	2 420 482	2 437 870	25,18%	17 388	7 244 058
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	245 870	61 468	57 251	23,28%	-4 217	188 619
637	Gastos de ação social	0	0	0		0	
638	Outros gastos com pessoal	13 157	3 289	5 893	44,79%	2 604	7 264
639	Outros encargos sociais	148 350	37 088	53 399	36,00%	16 312	94 951
	Total da conta 63	52 140 979	13 035 245	13 221 111	25,36%	185 866	38 919 868
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0			
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 756 364	439 091	466 903	26,58%	27 812	1 289 461
65	Perdas por imparidade	476 694	119 174	0	0,00%	-119 174	476 694
67	Provisões do período	60 000	15 000	0	0,00%	-15 000	60 000
68	Outros gastos e perdas	576 168	144 042	3 106	0,54%	-140 936	573 062
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	113 441	28 360	29 241	25,78%	881	84 200
	TOTAL GERAL	90 621 870	22 655 468	23 751 313	26,21%	1 095 845	66 870 557

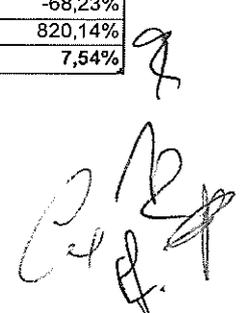
Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/03/2022

Código	Designação	Processado em 31/03/2021 (1)	Processado em 31/03/2022 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	1 780 548	2 083 487	302 938	17,01%
612411	Medicamentos	1 338 321	1 564 554	226 233	16,90%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	442 227	518 933	76 706	17,35%
61242	Material de consumo clínico	943 491	837 766	-105 724	-11,21%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	209	298	89	42,54%
61243	Material consumo hoteleiro	28 061	20 657	-7 404	-26,39%
61244	Material consumo administrativo	24 320	30 432	6 112	25,13%
61245	Material manutenção/conservação	33 298	27 458	-5 839	-17,54%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0,00%
	Total da conta 61	2 809 927	3 000 099	190 172	6,77%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	2 208 335	2 921 839	713 504	32,31%
62111	Meios complementares diagnóstico	996 294	1 285 568	289 274	29,04%
62112	Meios complementares terapêutica	1 070 816	1 338 701	267 884	25,02%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	11	11	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	2 833	0	-2 833	-100,00%
62115	Internamentos	115 551	242 048	126 497	109,47%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%
62119	Outros subcontratos	22 841	55 511	32 670	143,04%
622	Serviços especializados	2 141 891	2 406 518	264 628	12,35%
623	Materiais de consumo	11 236	19 796	8 560	76,19%
624	Energia e fluidos	315 292	689 439	374 146	118,67%
625	Deslocações, estadas e transportes	544 979	670 469	125 490	23,03%
626	Serviços diversos	265 994	322 791	56 798	21,35%
	Total da conta 62	5 487 727	7 030 853	1 543 126	28,12%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	57 900	91 776	33 877	58,51%
632	Remunerações do pessoal	10 767 242	10 573 350	-193 892	-1,80%
6321	Remunerações certas e permanentes	8 006 590	8 113 686	107 096	1,34%
63211	Remuneração base	6 518 629	6 616 325	97 696	1,50%
63212	Subsídio de férias	596 590	576 499	-20 091	-3,37%
63213	Subsídio de Natal	515 515	511 708	-3 806	-0,74%
63215	Subsídio de refeição	375 885	374 508	-1 377	-0,37%
6321xx	Outros	-28	34 647	34 674	
6322	Abonos variáveis e eventuais	2 760 651	2 459 664	-300 988	-10,90%
632204	Trabalho extraordinário	1 738 711	1 482 317	-256 394	-14,75%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	510 938	513 274	2 337	0,46%
6322xxx	Outros	511 003	464 073	-46 930	-9,18%
633	Benefícios pós-emprego	310	313	3	1,01%
634	Indemnizações	1 068	1 258	190	17,84%
635	Encargos sobre remunerações	2 469 099	2 437 870	-31 228	-1,26%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	14 933	57 251	42 317	283,38%
637	Gastos de ação social	0	0	0	
638	Outros gastos com pessoal	2 682	5 893	3 210	119,69%
639	Outros encargos sociais	40 645	53 399	12 755	31,38%
	Total da conta 63	13 353 878	13 221 111	-132 767	-0,99%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	
64	Gastos de depreciação e de amortização	420 965	466 903	45 938	10,91%
65	Perdas por imparidade	0	0	0	
67	Provisões do período	0	0	0	
68	Outros gastos e perdas	9 778	3 106	-6 672	-68,23%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	3 178	29 241	26 063	820,14%
	TOTAL GERAL	22 085 453	23 751 313	1 665 860	7,54%

7



Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/03/2022

Código	Designação	Orçamento Anual (1)	Orçamento Mensualizado (2)	Processado em 31/03/2022 (3)	Execução Relativa Anual (3)/(1)	Execução Absoluta Mensualizada (3)-(2)	Dotação por Executar
70	Impostos, contribuições e taxas						
704108	Taxas moderadoras	934 527	233 632	452 171	48,39%	218 539	482 356
7041xx	Outras taxas	40 334	10 084	8 062	19,99%	-2 022	32 272
	Total da conta 70	974 861	243 715	460 233	47,21%	216 518	514 628
71	Vendas	0	0	0			
72	Prestações de serviços e concessões						
7201164	Incentivos institucionais	8 113 708	2 028 427	1 866 105	23,00%	-162 322	6 247 603
7201165	Valor capitolacional (ULS)	72 226 532	18 056 633	16 483 823	22,82%	-1 572 810	55 742 709
7201168	Internos	796 836	199 209	201 000	25,22%	1 791	595 836
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0			
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	230 359	57 590	37 267	16,18%	-20 322	193 092
72013	Outras entidades responsáveis	770 678	192 670	42 816	5,56%	-149 854	727 862
7299	Outros serviços	0	0	0			
	Total da conta 72	82 138 113	20 534 528	18 631 011	22,68%	-1 903 517	63 507 102
75	Transferências e subs. correntes obtidos	105 579	26 395	2 348	2,22%	-24 047	103 231
76	Reversões	370 860	92 715	0	0,00%	-92 715	370 860
78	Outros rendimentos e ganhos	489 686	122 422	44 630	9,11%	-77 792	445 056
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0			
	TOTAL GERAL:	84 079 099	21 019 775	19 138 222	22,76%	-1 881 553	64 940 877

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/03/2022

Código	Designação	Processado em 31/03/2021 (1)	Processado em 31/03/2022 (2)	Variação Absoluta (2)-(1)	Variação Relativa (2)/(1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	270 895	452 171	181 276	66,92%
7041xx	Outras taxas	1 877	8 062	6 186	329,63%
	Total da conta 70	272 771	460 233	187 462	68,72%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0		
7201164	Incentivos institucionais	1 866 105	1 866 105	0	0,00%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	16 610 907	16 483 823	-127 083	-0,77%
7201168	Internos	201 000	201 000	0	0,00%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0		
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	80 997	37 267	-43 730	-53,99%
72013	Outras entidades responsáveis	70 891	42 816	-28 076	-39,60%
72014	Acerto de estimativas	0	0		
7299	Outros serviços	0	0		
	Total da conta 72	18 829 900	18 631 011	-198 889	-1,06%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	8 717	2 348	-6 369	-73,07%
76	Reversões	0	0		
78	Outros rendimentos e ganhos	22 421	44 630	22 209	99,06%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0		
	TOTAL GERAL:	19 133 808	19 138 222	4 413	0,02%